

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS RURAIS DE XANXERÊ E REGIÃO, CNPJ Nº 05.311.274/0001-15, neste ato representado por seu presidente Sr. **JAIR ANTONIO MANDRIK**, e

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE XANXERÊ-SC., CNPJ Nº 83.677.682/0001-07, neste ato representado por seu presidente Sr. **ENORI BARBIERI**.

Celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: VIGÊNCIA E DATA BASE

As partes fixam a vigência da presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** no período de 1º de Janeiro de 2025 à 31 de Dezembro de 2025, e a data base da categoria em 1º de Janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a categoria dos Trabalhadores e Empregadores rurais na agricultura, pecuária e similares, na produção extrativa rural, **cuja prestação de serviços ou contratação ocorra no município de Xanxerê**, com abrangência territorial em Xanxerê-SC.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO. PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: SALÁRIO NORMATIVO DA CATEGORIA

Fica estabelecido o **SALÁRIO NORMATIVO** da categoria para todos os trabalhadores a esta pertencentes, assegurando-lhes o valor de **R\$ 1.728,00** (um mil, setecentos e vinte e oito reais) mensais.

Parágrafo primeiro: Caso o salário normativo da categoria aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina para o ano de 2025 for maior que o acordado por essa convenção, resta estabelecido que será adotado o salário de maior valor.

Parágrafo segundo: Os capatazes e operadores de máquinas, terão um piso mínimo de salário normativo da categoria acrescido de 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA QUARTA: CORREÇÃO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/01/2025 À 31/12/2025.

Os salários dos integrantes da categoria profissional, serão reajustados em 1º de Janeiro de 2025, no seguinte percentual: **6% (seis por cento) sobre o salário de 2024**, para os demais integrantes da categoria.

PAGAMENTO DE SALÁRIO: FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA: DO DISCRIMINATIVO DE PAGAMENTO.

Os empregadores fornecerão aos seus empregados discriminativos das parcelas salariais pagas e das respectivas deduções, assim como da contribuição para o FGTS.

Jair



CLÁUSULA SEXTA: DEPÓSITO VIA CONTA BANCÁRIA

Fica o empregador rural autorizado a proceder o pagamento de salários e remunerações em geral em conta bancária, ficando o empregado isento de qualquer taxa ou imposto que exista ou venha a existir para o cumprimento de tal operação, sendo obrigado a entregar o recibo de pagamento para o trabalhador.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIO, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO.

CLÁUSULA SÉTIMA: SALÁRIO DO SUBSTITUTO.

O empregado que exercer a substituição eventual têm direito a igual salário do substituído, excluídas as vantagens pessoais, enquanto durar a substituição.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTRAS GRATIFICAÇÕES.

CLÁUSULA OITAVA: ABONO.

Fica estabelecido que os empregadores concederão aos empregados um abono de 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo nacional, como gratificação pela passagem do dia 1º de maio (dia do trabalhador), a ser pago juntamente com o salário do mês de maio.

CLÁUSULA NONA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

Os empregados rurais receberão dos empregadores a título de adicional de insalubridade, independentemente do tempo de exposição ou manipulação com qualquer agente insalutífero, remuneração **correspondente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo.**

Parágrafo único: Ficam excluídos desta cláusula os empregados que exercem atividades administrativas e/ou burocráticas, bem como fica expressamente proibida a prestação de serviço por menores de 18 (dezoito) anos em atividade insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA: ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE.

Serão abonadas as faltas do empregado estudante nos horários de exames regulares, ou vestibulares coincidentes com os horários de trabalho, desde que realizados em estabelecimentos de ensino oficial ou autorizados legalmente e mediante comunicação prévia ao empregador, com no mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação oportuna.

CONTRATO DE TRABALHO, ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES. DESLIGAMENTO/DEMISSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESCISÃO POR JUSTA CAUSA.

No caso da despedida por justa causa, as empresas ou empregadores deverão comunicar ao empregado, por escrito, e contra recibo ou mediante a assinatura de duas testemunhas o dispositivo legal em que incidiu.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DESOCUPAÇÃO DA MORADIA.

Na hipótese da rescisão do contrato de trabalho, os empregados que residem em casa fornecida pelo empregador, deverão desocupá-la no prazo de 30(trinta) dias, conforme estabelecido no parágrafo 3º do Art. 9º da lei 5.889/73.

Tai



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

O pagamento das verbas rescisórias deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

a) Até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão ou pedido de demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento.

Parágrafo primeiro: nos cálculos da rescisão contratual devem ser incorporadas como salário o adicional de insalubridade, média das horas extras, comissões e gratificações.

Parágrafo segundo: Todos os recibos de pagamento mensal ou adiantamento, terão obrigatoriamente de serem feitos em 02(duas) vias, ficando uma com o empregador e outra com o empregado, constando: nome, endereço do empregador ou empresa rural, nome do empregado, mês correspondente a que se refere o recibo e data do pagamento ou adiantamento.

Parágrafo terceiro: Todas as rescisões contratuais cujo pacto laboral for igual ou superior a 10(dez) meses, terão obrigatoriamente que serem assistidas e homologadas pelo Sindicato Profissional, sob pena de nulidade, respeitado o disposto no Art. 477 da CLT.

AVISO PRÉVIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO.

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio integral, dado pelo empregador, no caso do empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: AVISO PRÉVIO.

Aos empregados com mais de 50(cinquenta) anos de idade e que tenham completado 07(sete) anos de atividade na mesma empresa, será concedido aviso prévio de 51(cinquenta e um) dias.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: ANOTAÇÃO NA CTPS.

Será obrigatoriamente anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, contendo a função exercida por este, respeitada a nomenclatura de cargos da empresa, bem como a remuneração percebida com todos os adicionais previstos em lei.

RELAÇÕES DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES – OUTRAS NORMAS REFERENTES AS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: TRANSPORTE DO TRABALHADOR.

Fica assegurado o transporte gratuito e em condições apropriadas a oferecerem segurança aos trabalhadores, conforme determina a legislação vigente, exceto nos casos de enquadrarem no programa vale transporte.

Jain



OUTRAS NORMAS DE PESSOAL.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS FAMILIARES DOS EMPREGADOS.

Fica proibida utilização de mão de obra de familiares de empregados, seja em caráter permanente ou eventual, sem autorização do empregador, por escrito. O empregado que solicitar colaboração ou auxílio de familiares que não tenham vínculo trabalhista com o empregador poderá ser sumariamente demitido por justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: QUADRO DE AVISOS.

As empresas que possuírem 30(trinta) ou mais empregados, ficam obrigadas a colocar em lugar acessível aos empregados, quadro de avisos do sindicato e de interesse dos trabalhadores.

JORNADA DE TRABALHO-DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS E DURAÇÃO DO HORÁRIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO.

As empresas ou empregadores com até (dez) empregados na mesma unidade de trabalho estão isentos de utilização de livro ou relógio de ponto, as com número de empregados superior a 10(dez) empregados manterão necessariamente controle documental ou mecanizado do horário de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: INTERVALO INTRAJORNADA.

Visando o bem estar dos trabalhadores, assim como a realidade vivenciada na atividade rural, fica acordado:

Parágrafo primeiro: Nas atividades de agropecuária que exploram produção de leite, o intervalo para repouso poderá ser superior a 02(duas) horas, estabelecendo-se até o limite de 05(cinco) horas.

Parágrafo segundo: Nas atividades agrícolas, os trabalhadores que exerçam função de passadores de agroquímicos, bem como todos os trabalhadores em período de safra expostos em condições climáticas exaustivas superiores aos limites previstos na NORMA REGULAMENTADORA NR 15, anexo 07, o intervalo para repouso poderá ser superior a 02(duas) horas, estabelecendo-se até o limite de 05(cinco) horas.

Parágrafo terceiro: As horas trabalhadas as às 21:00h, deverão ser pagas com adicional noturno.

Parágrafo quarto: Na hipótese dos parágrafos primeiro e segundo, os trabalhadores deverão ser comunicados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: FECHAMENTO MENSAL.

Fica facultado ao empregador ou empresário rural proceder o fechamento do controle de jornada entre o dia 20 (vinte) de um mês e o mesmo dia do mês subsequente, respeitados os direitos dos empregados.

CONTROLE DA JORNADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: COMPENSAÇÃO DE JORNADA.

Fica convencionado para fins de compensação de horas laboradas, a adoção pelas empresas e profissionais ora representados, do sistema de BANCO DE HORAS, nos moldes do que dispõe o

Tain

parágrafo segundo do Art. 59 da CLT, sem acréscimo de remuneração da hora complementar, estabelecendo o prazo máximo de 06(seis) meses para a compensação das horas existentes no banco de horas do empregado, estabelecendo data de início e término do período de compensação do banco de horas.

Parágrafo primeiro: Quando do fechamento do saldo do banco de horas, ao término do período de 06(seis) meses, as horas positivas serão compensadas com as negativas, na proporção de 1X1(uma hora de trabalho por uma hora de descanso).

Parágrafo segundo: As horas que integram o banco de horas, terão 06(seis) meses para serem compensadas ou pagas, a partir do dia efetivo em que foram realizadas.

Parágrafo terceiro: Nos casos de rescisões contratuais, antes do término de apuração do banco de horas, o saldo remanescente positivo será pago na rescisão e o saldo negativo será anistiado, exceto se a rescisão ocorrer por pedido de demissão do empregado ou justa causa, situação em que as horas negativas serão descontadas das verbas rescisórias.

Parágrafo quarto: Excepcionalmente, as empresas ou empregadores rurais, que pela natureza de suas atividades necessitem trabalhar nos domingos, poderão optar pelo pagamento do labor em tais dias com o acréscimo convencional ou sua compensação por folga em outro dia da mesma semana, através de escala de revezamento, sendo que tal folga deverá ser gozada de forma integral e equivalente a uma jornada diária.

Parágrafo quinto: As empresas/empregadores rurais ficam autorizados a adotarem o sistema de escala de turno de revezamento de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso (12X36), mediante acordo com o sindicato profissional.

Parágrafo sexto: Ficam excluídos desta cláusula os safristas e diaristas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: PRORROGAÇÃO DE JORNADA.

Em épocas excepcionais, nas atividades de plantio e colheita de grãos, carregamento, descarregamento e alojamento de aves e suínos, o empregador poderá prorrogar a jornada de trabalho em até 04(quatro) horas, não podendo exceder de 12(doze) horas diárias, mediante pagamento do adicional ou compensação na forma estabelecida nesta convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: TRABALHADORES RURAIS TEMPORÁRIOS.

Fica assegurado aos trabalhadores rurais temporários, o pagamento do repouso semanal remunerado (RSR), na forma da lei e calculado sobre o salário normativo da categoria.

Parágrafo primeiro: Se a prestação de serviço deste empregado ultrapassar a 90(noventa) dias, caracterizar-se-á o vínculo empregatício por prazo indeterminado.

Parágrafo segundo: No caso de existência de Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre o sindicato profissional e empregador individual, aquele prevalecerá sobre esta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: CARTÃO PONTO.

As anotações de entrada e saída (hora) para analfabetos e pouco letrados, poderão ser feitas por outro, designado pelo mesmo e aos demais o horário de trabalho, deverá ser anotado pelo próprio funcionário.

FÉRIAS E LICENÇAS. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS.

Tain



CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: FÉRIAS.

O empregador poderá fracionar as férias em 03 (três) períodos, respeitando os limites da CLT, mediante concordância do trabalhador.

Parágrafo único: O empregado que rescindir espontaneamente o contrato de trabalho, terá direito a indenização de férias proporcionais a razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, em conformidade com o enunciado TST 261 DJ de 19/11/2003.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR.
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E INSTRUMENTOS DE TRABALHO.

O empregador fornecerá os equipamentos de proteção individual (EPIs) determinados pelas Normas Reguladoras (NRs) do MTE, aos seus empregados de acordo com sua função, mediante assinatura de ficha de equipamento de proteção individual, sendo que se o trabalhador se negar a usá-los, estará sujeito as penalidades da legislação em vigor.

MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DANOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Os danos causados em máquinas, ferramentas ou material de trabalho, ocorridos acidentalmente ou em consequências de desgaste pelo uso prolongado não poderão ser descontados do empregado, à exceção dos atos decorrentes de imprudência, negligência ou imperícia.

Parágrafo primeiro: É expressamente proibida a utilização de máquinas e veículos agrícolas para transporte dos empregados e/ou seus dependentes, fora do horário de trabalho e dos dias de expediente e dos locais onde deva ser desenvolvido o trabalho.

Parágrafo segundo: A infração ao parágrafo primeiro desta cláusula, caracteriza justa causa para demissão do empregado, autorizando o empregador a descontar, quando da rescisão contratual, as despesas e prejuízos havidos, ao serem pagas as verbas rescisórias.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA: INTEGRAÇÃO AO TRABALHO.

Quando da admissão na empresa, o empregado deverá receber um treinamento de integração ao trabalho, nele contido, principalmente, instruções referentes a medicina, segurança e higiene no trabalho.

EXAMES MÉDICOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA: EXAMES PRÉ ADMISSIONAIS E DEMISSIONAIS.

Os exames médicos e laboratoriais exigidos para admissão do empregado, bem como os demais exigidos por lei, serão pagos pelo empregador e efetuados nos locais por este determinado.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA: TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA.

Tain



Fica assegurado, por parte do empregador, sem ônus para o empregado o transporte de emergência em caso de acidente ou doença grave, até o local de atendimento médico adequado, sendo no máximo, até a cidade de Chapecó-SC.

**RELAÇÕES SINDICAIS.
ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA: ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL.

O dirigente sindical, no exercício de suas funções terá garantido o acesso aos locais de trabalho, desde que dê prévio conhecimento aos empregadores, inclusive dos motivos.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA QUARTA: LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS.

Os dirigentes sindicais serão liberados até 06(seis) dias no ano, sendo tal liberação remunerada, para que os mesmos participem de eventos da categoria, mediante comunicação expressa, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

CONTRIBUÇÕES SINDICAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA QUINTA: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL.

Para assegurar a unidade jurídica do presente instrumento, retribuir o empenho e trabalho sindical para realização do mesmo, manter as atividades sindicais e cumprir determinação da Assembleia Geral, as empresas ou empregadores descontarão de seus empregados, o valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo por ano, parcelado em 02(duas) vezes, a ser recolhido aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores Empregados rurais de Xanxerê e Região, na conta nº 2440-1 do Banco caixa Econômica Federal, agência 0701 ou ainda na Sede do Sindicato profissional, sendo 5% (cinco por cento) descontado no mês de ABRIL e recolhido até o dia 10(dez) do Mês de Maio e 5% (cinco por cento) descontado no mês de AGOSTO e recolhido até o dia 10(dez) do mês de Setembro, de cada ano a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL.

Parágrafo primeiro: Este recolhimento deverá ser feito em guia fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Empregados Rurais de Xanxerê e região, acompanhada de uma relação de empregados efetuada pela empresa na agência bancária ou na Sede do Sindicato Profissional, no mesmo prazo.

Parágrafo segundo: Para os empregados novos o desconto referente a esta cláusula deverá ser efetuado no segundo mês da contratação e o recolhimento respectivo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo terceiro: Caso os valores não sejam recolhidos nos prazos acordados, fica estabelecida uma multa de 2% (dois por cento) do valor a ser recolhido, acrescido de juros e correção e atualização monetária.

Parágrafo quarto: Caso o desconto em folha de pagamento seja efetuado e não recolhido ao Sindicato Profissional, caracterizar-se-á crime de apropriação indébita (Art. 168 do Código Penal).

Parágrafo quinto: Fica garantido aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção, o direito de oposição, mediante manifesto escrito de próprio punho e em duas vias de igual teor e forma, sendo protocoladas pelo próprio trabalhador na Sede do Sindicato Profissional, exercido nos termos da Legislação atinente ao caso, estabelecendo-se o prazo de 30(trinta) dias que antecedem o mês de desconto. /cabendo, posteriormente, ao trabalhador encaminhar uma via protocolada pelo Sindicato profissional ao empregador.

Jair

**DISPOSIÇÕES GERAIS.
DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA SEXTA: PENALIDADES – DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER.

Os empregadores pagarão multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da remuneração recebida pelo empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer, por infração e por empregado atingido.

Parágrafo único: Os valores das penalidades desta cláusula reverterão em partes iguais em favor do Sindicato Profissional e dos empregados prejudicados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA: FORO COMPETENTE.

Fica estabelecido como Foro competente para dirimir dúvidas e elucidar quaisquer divergências no cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a Vara do Trabalho de Xanxerê-SC., conforme estabelecido no Art. 1º da Lei 8.984 de 7 de Fevereiro de 1995.



**JAIR ANTONIO MANDRIK
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS RURAIS DE
XANXERÊ E REGIÃO.**



**ENORI BARBIERI
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE XANXERÊ-SC.**